



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA
E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL**

Linha de Pesquisa:
Planejamento Territorial Rural

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO
ASSENTAMENTO TIRADENTES, EM MARI-PB, ENTRE OS ANOS DE
1999 E 2019: 20 ANOS DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTA**

MÁRCIA VIEIRA DOS SANTOS

GUARABIRA-PB

2020

MÁRCIA VIEIRA DOS SANTOS

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO ASSENTAMENTO
TIRADENTES, EM MARI-PB, ENTRE OS ANOS DE 1999 E 2020: 20 ANOS DE
LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTA**

Monografia apresentada junto à Coordenação do Curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob orientação do Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva.

Linha de pesquisa: Planejamento Territorial Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

GUARABIRA-PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S346t Santos, Márcia Vieira dos.
Território e territorialidade na perspectiva do assentamento Tiradentes, em Mari-PB, entre os anos de 1999 e 2019 [manuscrito] : 20 anos de luta, resistência e conquista / Márcia Vieira dos Santos. - 2020.
61 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Movimentos sociais. 2. Território. 3. Assentamento. I.
Título

21. ed. CDD 910

MÁRCIA VIEIRA DOS SANTOS

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO ASSENTAMENTO
TIRADENTES, EM MARI-PB, ENTRE OS ANOS DE 1999 E 2019: 20 ANOS DE
LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTA.**

Monografia apresentada junto à Coordenação do Curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob orientação do Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva.

Linha de pesquisa: Planejamento Territorial Rural

Aprovada em: 02/12/2020

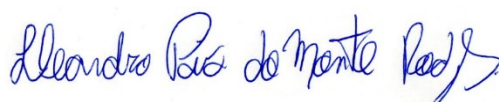
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva- UEPB/CH/DG
Doutor em Geografia- UFPB - Presidente/Orientador



Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França- SEECT-PB
Doutor em Geografia – UNESP - Examinador



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - UEPB/CH/DG
Doutor em Geografia- UFRN - Examinador

Dedico este trabalho a quem sempre estiveram ao meu lado, minha família, em especial ao meu companheiro de todos os momentos, Leo Sales e à nossa amada filha Noemi.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus invisível, mas real assim como o vento, que me deu força e ânimo para a conclusão desse trabalho em tempos sombrios.

À minha mãe que sempre batalhou, sendo camponesa, mãe de nove filhos e professora no campo, a qual foi capaz de nos incentivar de sempre estudar, apesar de todas as dificuldades.

À minha amada filha Noemi, você foi o motivo da persistência para o estudo, mesmo antes de sua chegada ao nosso convívio. Espero que você possa crescer em um mundo mais justo.

Ao meu amado esposo, Leo Sales que sempre me apoio em todos os meus projetos e sonhos, com você sou mais forte para conquistar.

Aos meus irmãos, companheiros, amigos, confidentes, que sempre buscam incentivar um ao outro a sempre acreditar nos sonhos, meu muito obrigada a Tarcísio, Marinalva, Marizete, Duda (Maria José), Hélio, Damázio, Laelson e Ana Cristina.

Aos meus cunhados e cunhadas, que fizeram a família crescer ainda mais fortalecidos na união, a Irinalda, Lucy, Luis, Sidney, Anthony e Daniele. Aos sobrinhos e sobrinhas, pela alegria que vocês proporcionam em minha vida, a Luana, Cássio, Jarbas, Abraão, Kalebe, Samara e Ana Sofia.

Aos Coordenadores do Curso professores Belarmino Mariano e Luciene Arruda, que com ousadia e determinação, nos deram a oportunidade de termos cursado a pós-graduação em Geografia, agradecimentos eternos.

Ao professor Belarmino Mariano, pela sua simplicidade e inteligência, estando em outro patamar. As suas contribuições na análise do trabalho foram de extrema importância, meu muito obrigada.

Ao meu orientador professor Ivanildo Costa, que sempre esteve disposto a contribuir em minha pesquisa, suas observações foram primordiais, muito obrigada.

À Banca examinadora com os professores Dr. Leandro Paiva e Dr. Diego Pessoa por aceitarem o convite e assim acrescentaram suas observações, contribuindo com a pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de turma, pelo apoio e compartilhamento de seus saberes que tanto acrescentou ao meu conhecimento, dividir com Geisa Borba, Wellington Miguel, Érica Mariano, Carla, Aline, Patrícia, Lenilma, Janayna, Aparecida(Cida) Jonas Rafael, Daniele, Severino, Edson, Severino Assis, Rafael, Renata, Marcilene, Jennifer, Marcos, Mariana, foi muito gratificante estar com vocês.

À querida escola Tiradentes, por proporcionar aprendizado e laços de amizade, nas pessoas de Rose, Paulo, Dona Beta, Betânia, Júnior, Francisca, Zeza (Maria José), Walter (Val), Nívea, Juarez, Luana Trindade, Ângela, Anderson. E a, todos os alunos e ex-alunos que fazem dessa escola ser motivo de orgulho.

A todos os meus professores, Ana Carla, Aletheia Stédile, Belarmino Mariano, Carlos Antônio (*in memoriam*), Edvaldo Carlos, Elton Oliveira, Ivanildo Costa, José Mácio, Lanusse Tuma, Leandro Paiva, Luciene Arruda, Luiz Arthur, Michele Kely, Sharlene Bernardino, Regina Cely e Thiago Brandão, obrigada por suas contribuições e compartilhamento para fortalecer a instituição, a Universidade Estadual da Paraíba, no Campus III.

“A história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas” (FRANÇOIS HOUTART, 2016).

4ª Turma de Especialização em geografia e território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

TÍTULO DO TRABALHO: Território e territorialidade na perspectiva do Assentamento Tiradentes, em Mari-PB, entre os anos de 1999 e 2019: 20 anos de luta, resistência e conquista

LINHA DE PESQUISA: Planejamento Territorial Rural

AUTOR(A): Márcia Vieira dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva (UEPB/CH/DG)

COORDENADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França (SEECT-PB)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

RESUMO

A conquista e permanência na terra é vivenciada pelo camponês paraibano com ardor que o persegue desde que houve a divisão de terras nos estados, e que causa/causou desigualdades social desta população. Está pesquisa busca analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas no Assentamento Tiradentes-Mari/PB no período de 1999 a 2019. Na compreensão desse objeto de estudo foi necessário analisar os conceitos de território em uma dinâmica de assentamento rural e a importância dos movimentos sociais, como meio de pressionar o Estado frente a reforma agrária. Para a base bibliográfica na compreensão de território foi necessária a leitura de Raffestin (1993) e Haesbaert (2009), bem como Gohn (2011); Mitidiero (2008); Coletti (2005) na compreensão e importância dos movimentos sociais. O objetivo consiste em analisar os movimentos sociais de luta pela terra na perspectiva do território e da territorialidade e a relação ao projeto do Assentamento (PA) Tiradentes entre 1999 a 2019. Utilizamos a metodologia o levantamento bibliográfico, pesquisa qualitativa, utilizamos a observação participante e pesquisa de campo, que permitiu o conhecimento sobre o assentamento Tiradentes e sua importância sobre a realização da reforma agrária.

Palavras-Chave: Movimentos sociais. Território. Assentamento

4th Specialization Class in Geography and Territory: Urban, Rural and Environmental Planning

TITLE OF WORK: Territory and territoriality in the perspective of the Tiradentes Settlement, in Mari-PB, between 1999 and 2019: 20 years of struggle, resistance and conquest

LINHA DE PESQUISA: Planejamento Territorial Rural

AUTOR(A): Márcia Vieira dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva (UEPB/CH/DG)

COORIENTADOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França (SEECT-PB)

EXAMINADOR: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

ABSTRACT

The conquest and remained in the land is experienced by the Paraíba peasant with fervor that has persecuted him since there was a division of land in the states, and which caused / caused social inequalities in this population. This research seeks to analyze the socioeconomic changes that occurred in the Tiradentes-Mari / PB Settlement in the period from 1999 to 2019. In order to understand this object of study, it was necessary to analyze the concepts of territory in a dynamic of rural settlement and the importance of social movements, as a means of putting pressure on the State in the face of agrarian reform. For the bibliographic base in the understanding of territory, it was necessary to read Raffestin (1993) and Haesbaert (2009), as well as Gohn (2011); Mitidiero (2008); Coletti (2005) in the understanding and importance of social movements. The objective is to analyze social movements fighting for land from the perspective of territory and territoriality and the relation to the Tiradentes Settlement (PA) project between 1999 and 2019. Using the methodology of bibliographic survey, qualitative research, used participant observation and research of field, which allowed knowledge about the Tiradentes settlement and its importance for the implementation of agrarian reform.

Keywords: Social movements. Territory. Settlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Mari – PB.....	37
Figura 2 - Assentamento Tiradentes e sua organização em agrovila.....	40
Figura 3 – Capela católica, localizada na antiga sede da fazenda.....	40
Figura 4 -Igreja Adventista do Sétimo Dia, no Assentamento-.....	40
Figura 5 - Vizualização do PA Tiradentes onde se observa ruas não asfaltada e a proximidade das residências devido o aumento de novos núcleos familiares.....	41
Figura 6 - Cooperativa do assentamento Tiradentes ao fundo a quadra esportiva..	45
Figura 7 - Sede da Associação do Assentamento Tiradentes.....	45
Figura 8 - Plantio de mandioca nos lotes, produção destina venda e consumo.....	47
Figura 9 - Plantio de mandioca, em período próximo à colheita.....	47
Figura 10 - Produção de mandioca dentro dos quintais produtivos e árvores frutíferas na rua sem asfalto do Assentamento Tiradentes.....	48
Figura 11 - Moradia do assentamento Tiradentes, como o quintal produtivo.....	48
Figura 12 - Escola em pleno funcionamento em 2008.....	50
Figura 13 - Fachada da Escola Tiradentes.....	51
Figura 14 - Estrutura interna da escola Tiradentes.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CH –	Centro de Humanidades
CONAB –	Companhia Nacional de Abastecimento
CTP –	Comissão Pastoral da Terra
DG –	Departamento de Geografia
EJA –	Educação de Jovens e adultos
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER –	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST –	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PAA –	Programa de Aquisição de Alimentos
UEPB –	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG –	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE –	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN –	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	18
2.2	Análise do conceito de território em geografia	18
2.3	Procedimentos metodológicos da pesquisa	22
3	A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	24
3.1	As ligas camponesas	25
3.2	CPT- Surge um movimento da igreja católica progressista	28
3.3	O MST- Uma nova dinâmica na luta da reforma agrária do Brasil	29
3.4	A importância da educação no/do campo para o MST	31
3.5	A luta pela terra no Estado da Paraíba	32
4	TIRADENTES: DA LUTA Á CONQUISTA DO ASSENTAMENTO	36
4.1	Surgimento de um sonho, a concretização do assentamento	37
4.1.1	<i>Transformação socioeconômica dos assentados</i>	42
4.1.2	<i>A discriminação por lutar pela terra</i>	43
4.2	A produção agrícola no assentamento Tiradentes	44
4.3	A escola Tiradentes	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados, ficha de entrevista	61
	APÊNDICE B – Posto de saúde do Assentamento Tiradentes	62
	APÊNDICE C – No assentamento, Igreja protestante Assembleia de Deus	62
	APÊNDICE D – Grupo de mulheres Bistrô Rural Sementes da Terra	63

1 INTRODUÇÃO

A humanidade é marcada historicamente por sua desigualdade no âmbito socioeconômico, fato esse que é incompreensível para alguns, o sobrepôr de interesses próprios antes ao bem comum, questão essa enraizada na história da conquista do território brasileiro pelo colonizador português, que fez uma divisão de terras na concentração dessa, legitimando a poucos, através das Sesmarias, e permanecendo a prática da concentração nas mãos de poucos, fato que marcou a desigualdade social no Brasil.

Essa situação foi agravada pela Lei da Terra (1850), que fortaleceu a desigualdade social, pois permitia a posse da terra apenas quem a pudesse adquirir por meio da compra, fato que impossibilitou a sua posse aos menos favorecidos como ex-escravos ou trabalhadores livres e a grande parcela da população que não possuía recursos para o cumprimento da lei e fortaleceu os grandes proprietários (ANDRADE, 2005).

Esse fato marcou a sociedade brasileira, gerando a base da desigualdade social presente no Brasil até os dias atuais. E sendo fortalecida pela industrialização tardia que levou a população rural a migrar para a cidade, na busca de melhores condições no padrão de vida e por não ter condições financeiras de possuir e manter-se no campo.

Nas lacunas deixadas no decorrer da formação histórica da sociedade brasileira, surgiu a necessidade de manifestações para reivindicação de direitos omitidos pelo Estado, principalmente no âmbito da posse da terra e a busca pela justiça social. Essa reivindicação é a bandeira dos grupos sociais do campo, a posse e a permanência da terra.

Na compreensão da conquista da terra/território é necessária uma organização dos que buscam uma vida mais digna, os trabalhadores, que rompem com um ciclo vicioso de exclusão posto pelo sistema. As conquistas ocorridas nas últimas décadas devem ser celebradas e servir para motivar as lutas e novas conquistas.

Devido à necessidade de compreender os desafios e relevância da reforma agrária para a diminuição da desigualdade social, o presente trabalho abordará os

grupos sociais do campo e sua importância para relevância da reforma agrária, com destaque para a Região Nordeste do país, que serve de base para contextualizar nosso *lócus* de empiria. Essa perspectiva de conquista enfatizamos o Assentamento Tiradentes que se consolidou por duas décadas e teve o território modificado por essa posse.

O Assentamento Tiradentes, objeto de estudo da pesquisa, está localizado no município de Mari-PB, Região Imediata de João Pessoa e Região Intermediária de João Pessoa¹, contendo uma extensão territorial de aproximadamente 1.719,7 hectares de terra, ficando apenas sete (7) quilômetros ao leste, da sede do município.

O objetivo desta pesquisa é analisar as mudanças socioeconômicas dos assentados e a importância dos movimentos sociais na luta pela terra na perspectiva do território e da territorialidade com a relação ao projeto do Assentamento Tiradentes em Mari/PB, entre os anos de 1999 e 2019. Além de descrever como se processou a conquista pela terra e se há uma continuidade para novas conquistas que os beneficiem.

O interesse da pesquisa deu-se através do convívio com a comunidade, pelo trabalho exercido como professora no Assentamento Tiradentes, surgindo, assim, o interesse de conhecer e registrar a importância social dessa comunidade em duas décadas de existência, e a trajetória do trabalhador do campo, que se torna sujeito atuante para garantir o seu direito a terra. Compreender essa conquista remete conhecer que a luta pela terra se tornou mais notória pelos movimentos sociais do campo.

Colocamos algumas problemáticas de pesquisa, com a conquista da terra, houve melhorias socioeconômicas para todos os assentados, com autonomia econômica apenas com a produção do uso da terra? Depois dessa conquista, há uma continuidade para novas conquistas que beneficie os assentados e o Assentamento Tiradentes; como ocorreu a conquista da escola? Esta é uma instituição de fundamental importância e espaço de mobilização política, luta social e troca de experiências?

¹O IBGE mudou a classificação das regiões geográficas em 2017, disponível em: (https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas)

A metodologia da pesquisa baseou-se na identificação das funções sociais, econômicas, culturais e políticas ocorridas nessa comunidade no período de quase duas décadas e sua identidade na luta pela conquista da terra, na pesquisa de campo, e com base nas entrevistas em que relataram suas experiências nessa luta e conquista. Na ocasião foi realizado também o levantamento bibliográfico, documental e de dados secundários.

Foram feitos registro de imagens e vários trabalhos de campo, pois a pesquisadora é professora da Escola que existe na sede do Assentamento Tiradentes. Esse aspecto foi fundamental para o acesso aos assentados, pois já existe uma confiança, pelo fato de ser educadora dos seus filhos e filhas.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, considerados a introdução como capítulo 1 e as considerações finais enquanto capítulo 5. O Capítulo 2 foi estruturado em duas partes sendo a abordagem teórica do estudo com enfoque na categoria de análise do Território e da Territorialidade, com ênfase para a análise do território na perspectiva geográfica e os procedimentos metodológicos do estudo. O Capítulo 3 foi estruturado em 4 partes, com destaque para a importância dos movimentos sociais no campo, desde o período das Ligas Camponesas até as organizações sociais do campo como a Comissão Pastoral de Terra (CPT) e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as novas dinâmicas para o processo de Reforma Agrária no Brasil e no Estado da Paraíba. No capítulo 4 tratamos diretamente sobre os resultados e discussões a partir do Projeto de Assentamento Tiradentes, considerando a luta e a conquista da terra, e o que isso representou para as transformações socioeconômicas das famílias assentadas.

Dentro das considerações finais da pesquisa relatamos o processo de luta e as conquistas, a partir dos dados como a estabilidade, em relação a terra, por parte dos assentados além o crescimento demográfico e econômico da comunidade. E quais foram as eventuais mudanças ocorridas nas vidas desses assentados e a importância dessas conquistas desse assentamento para as gerações futuras. Podemos dizer que, depois de duas décadas, houve uma verdadeira reconfiguração na vida dos assentados e em seus processos produtivos e relações sociais, econômicas, culturais e políticas. As demarcações dos lotes, as terras comuns, as áreas de preservação e de uso coletivo, a infraestrutura como as moradias, a escola

e os espaços de lazer e cultura, bem como os caminhos de acesso entre as moradas os lotes e o contato com as comunidades vizinhas, tanto em área urbana, quanto rural.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Este capítulo foi estruturado em duas partes, sendo a primeira voltada para a categoria de análise Território e Territorialidade a partir dos clássicos da Geografia e a segunda parte como sendo os materiais, método e técnicas da pesquisa. Essa divisão é meramente didática, pois nos capítulos 3 e 4 aprofundamos o debate a partir da realidade empírica e das dinâmicas sociais que consolidaram o território dos assentados a partir da luta pela conquista e permanência na terra que originou o Assentamento Tiradentes.

2.2 Análise do conceito de território em geografia

Na pesquisa a abordagem sobre Território, objeto de estudo da Geografia, que pode ser caracterizado através da política, do cultural, do econômico e do ambiental. Podemos destacar o território como esfera social, da política, que o representa como uma parcela do espaço através da identificação da posse. Logo a posse se relaciona ao domínio de um território exercida por uma família, comunidade ou um Estado, caracterizando o poder de quem o domina (HAESBAERT, 2009).

A dinâmica sobre o território permite ser enfatizado pela Geografia por diferentes ângulos, vale destacar Gottmann (1952) que classifica o território como sendo um conjunto de terra agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Essa classificação permite observa os assentamentos com o domínio pela terra conquistada e sua constante luta para manter sua autonomia conquistada. Como destaca Raffestin (1993):

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O autor destaca que o espaço ocupado, seja ele concreto ou abstrato é a base para a formação do território que através de sua relação social, podendo ocorrer em circunstâncias variadas de graus, lugares, momentos. Essa relação permite que todos

os atores possam produzir territórios em diferentes maneiras, e na busca em obtê-los tem suas bases no poder que transforma o espaço conquistado.

A conquista do território, dar-se de formas variadas e em contextos diversos, mas que centraliza pelas relações de poder, de dominação sobre o espaço. Sendo fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder (SOUZA, 2012). Relacionar território ao poder não se limita apenas a relação de Estado-nação, mas pelo espaço demarcado por limites fixados, que pode ocorrer por um grupo de pessoas que impõe suas leis e regras a um bairro até grandes organizações internacionais.

Essa demarcação de território pode ser observada no campo através da cerca colocada nas terras, demonstrando que pertence a um ou mais indivíduos, seja pequena ou grande propriedade, o que tornando visível esse o território. Na cidade o território torna-se mais dinâmico, por apresentar formas variáveis. A variação sobre dinâmica de produzir territórios ocorre de maneira desigual, como afirma Haesbaert (2009):

O território é um produto de uma relação de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2009, p.121).

A construção do território, na visão de Haesbaert (2009), tem como base o domínio ou controle, da maneira de organizar e administrar por meio econômicos, mesmo de uma forma mais diversificada sobre o obter território, prevalece o simbolismo do poder. Logo o território tem uma identidade social, que é caracterizada pela variante conforme os grupos sociais que o possui.

A concepção do território ocorre de diversas faces, com o poderio demonstrado por sua abrangência ou de uma maneira libertadora em âmbitos diversos. O possuir o território com autonomia econômica por mais reduzido que seja, permite uma forma de vivência diferenciada, a exemplo dos territórios conquistados ou adquiridos por meio da Reforma Agrária, esta permite uma nova estrutura de melhorias não só física, mas social como afirma Silva (1987):

É uma redistribuição de renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu trabalho (SILVA, 1987 p.92-93).

A reforma agrária não consiste apenas em uma distribuição de terras/territórios, mas um planejamento de vivência, que permite uma autonomia socioeconômica capaz de modificar a vida dos atores sociais. Os assentamentos são territórios conquistados para uma melhoria do bem estar de indivíduos que lutaram coletivamente, frente ao Estado capitalista por deixa lacunas nas políticas sociais, tornou-se indispensável essa luta (SILVA, 1987). Sendo este espaço transformado pela produção humana, como enfatiza Oliveira (1997):

O território por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico (OLIVEIRA, 1997 p.20-21).

A visão de Oliveira pode ser compreendido na dinâmica de território como produção humana e nesse sentido a luta de classe desempenha a produção deste com a sua concretização por meio do Estado que o regulamenta. A sua construção consiste em uma luta cotidiana para o permanecer como símbolo de posse, como ocorre com os assentamentos de reforma agrária.

Compreendido o território, é necessária também a compreensão sobre a territorialidade, que na visão de Raffestin (1993) é a maneira pela qual a sociedade satisfaz num determinado momento. A vivência dos sujeitos, traz uma identidade, e uma particularidade a um determinado lugar. Havendo uma identidade social de apego a esse território vivido como destaca Raffestin (1993) sobre territorialidade:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas as relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFASTIN, 1993, p.158-159).

Nesse contexto o assentamento tem essa territorialidade, pois proporciona aos atores sociais que agora tem seu próprio território, sua interação com a terra e suas relações sociais uma particularidade, uma identidade com o território vivido. E essa interação produz uma troca do uso da terra para produção de alimentos para o próprio consumo e venda, bem como a relações de maneira diversificada entre os atores sociais que fazem parte do assentamento. No sentido de território como que fazem parte o grupo social destaca o visão de Saquet (2008):

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar; elas dão-lhes identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2008, p. 88).

O autor enfatiza a territorialidade como um fenômeno social, logo uma interação de grupos marcada pela continuidades e descontinuidade conforme o tempo e o espaço. Contudo há uma identidade que marca a territorialidade, sendo está caracterizada pelo local que está inserida, como ocorre com os assentamentos. Estes mesmo sendo através de projeto de reforma agrária têm suas individualidades que traz a dinâmica pelos fatores históricos e geográficos.

O Território e a territorialidade se consolidam na medida em que as tensões sociais, políticas, econômicas e culturais são aplacados e nesse sentido, quando tratamos de questões agrárias, como afirma Buainaim (2008), a Reforma Agrária implica da gestão dos conflitos agrários. Com isso, depois que se instala um Assentamento de Reforma Agrária, novas relações de territorialidade começam a se estabelecer dentro das áreas do assentamento e isso nos interessou bastante, pois em quase duas décadas, muitas transformações se processaram e ainda continuam ocorrendo na dinâmica do assentamento e seus atores sociais.

Estes autores deram conta em nos explicitar a importância da categoria território e territorialidade quando aplicadas a situações sociais, econômicas, políticas e culturais reais, historicamente observadas no campo de estudo da Geografia Agrária e da luta pela conquista da terra e consolidação de um Assentamento rural fruto da Reforma Agrária, produzida não apenas pela vontade do Estado brasileiro, mas pela luta organizada dos movimentos sociais do campo. Luta essa que gerou conflitos territoriais, disputas de poder local e a resistência que foi efetivamente transformada em um território dos camponeses do município de Mari/PB, mas que estão interligados a uma luta bem maior que envolve os camponeses paraibanos e brasileiros.

2.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

O convívio em lecionar na escola de um assentamento da reforma agrária, aguçou a curiosidade para a compreensão da problemática sobre as eventuais mudanças socioeconômicas a partir do surgimento desse processo de luta pela terra, sendo uma pesquisa qualitativa foram pesquisados documentos referente ao assunto e levantamento bibliográfico para a base teórica, através de artigos, dissertações e em instituições públicas, principalmente via internet devido ao período de isolamento social imposto pela pandemia relacionada ao novo coronavírus.

Para Buainaim (2008), a luta pela terra no Brasil implica a gestão de conflitos e a Reforma Agrária é parte dessa gestão. Logo, a análise sobre os conflitos e como se deu a luta pela conquista da terra, ficam marcados na história de um Assentamento. Nesse sentido, nos interessamos por buscar estas marcas, desde as crianças que estão na escola do assentamento aos seus pais e mães que viveram a angústia dos embates até a conquista final.

Apesar das limitações imposta pela pandemia do Covid-19, a pesquisa de observação participante ,que coleta dados através de sua participação na vida do grupo ou da organização que estuda (BECKER, 1999), já havia sido quase que totalmente completada e o que faltava foi realizada por contatos virtuais que possibilitaram as entrevistas cinco dos assentados dos quais dois foram moradores da fazenda e três que vieram no período de acampamento, a entrevista de caráter empírico foi baseada no questionário semiestruturado que permitiu um conhecimento histórico-social dos participantes.

Na base teórica além de destacar o território na ótica da ciência geográfica, compreender o assentamento requer conhecimento sobre a importância dos movimentos sociais no campo, como destacamos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), este último traz ao Brasil e a Paraíba uma dinâmica de luta e conquista da terra fundamentada na ideologia da socialização da terra, com a valorização da agricultura familiar nos moldes de cooperativas e associativismo, bem como uma educação voltada aos camponeses e seus familiares.

Também destacamos a importância histórica da Ligas Camponesas no estado da Paraíba na década de 1960, principalmente na área de influência do município de Sapé. E a tragédia de cunho rural que ocorreu no município de Mari-PB, nesse período. Depois da redemocratização do país, a conquista dos assentamentos não se dá frente ao estado, mas por meio deste que cria a política pública devido as pressões dos movimentos sociais (ANDRADE, 2005).

Registrar as mudanças socioeconômicas do Assentado Tiradentes no período de 20 anos (1999-2019) revela a importância de acontecer a reforma agrária. A pesquisa destaca a produção agrícola, as eventuais mudanças sociais dos assentados e a importância da educação nesse assentamento, enquanto os reflexos das transformações ocorridas após a luta e a consolidação do Assentamento.

Na conquista e identificação sobre território destaca-se a luta dos movimentos sociais que buscam justiça social, a solidariedade e a construção do sujeito e sua autonomia da inserção na sociedade (GOHN, 2011) tentam romper com o ciclo dos excluídos, dos marginalizados pela elite capitalista.

No Brasil vale destacar os movimentos sociais rurais que ocorreram desde o século XX obtendo alguns êxitos que vieram através de luta e com suor e sangue derramados, geraram as experiências que foram acumuladas pelas diferentes gerações de camponeses até a consolidação de territórios e territorialidades como as que originaram o Assentamento Tiradentes e outro assentamento do município de Mari, Paraíba e Brasil.

3 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

O capítulo 3 foi estruturado em quatro partes, pois nele reside a importância e o aprofundamento do tema da questão agrária no Brasil, Nordeste e na Paraíba, que só foram possíveis devido aos movimentos sociais no campo. Então consideramos os subcapítulos 3.1 com o Movimento das Ligas Camponesas; 3.2 sobre a CPT e a interferência da Igreja Católica Progressista na luta pela terra; 3.3 Sobre a influência do MST na luta pela terra; 3.4 A educação do/no campo e; 3.5 a luta e a conquista na Paraíba, para entendermos a constituição do Assentamento Tiradentes.

Na pesquisa sobre o Assentamento Tiradentes, Mari-PB tornou-se necessário a abordagem da representação dos grupos sociais do campo e sua importância na conquista para se efetuar a Reforma Agrária por parte do Estado, a luta popular foi/é indispensável, mesmo não ocorrendo de uma maneira satisfatória, esse fato de pressionar o Estado pela Reforma Agrária veio dos movimentos sociais, que buscam uma sociedade mais igualitária por meios de metas como afirma Houtart (2006):

Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam de um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução se imponha sobre as exigências dos objetivos procurados. (HOUTART, 2006 p. 424)

Esses movimentos surgem do anseio da sociedade em minimizar as lacunas provocadas pela globalização e que o Estado não foi capaz de excluí-las. Havendo a necessidade de organizações que lute por melhorias, seja para o homem do campo ou da cidade. Os movimentos sociais surgem com o objetivo de pressionar o Estado, apresentando funções de caráter político-sociais, sendo essenciais na reprodução social, como destaca Gohn (2011):

Movimentos sociais – como ações sociais coletivas de caráter sócio político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta adotam mobilizações, marchas. (GOHN, 2011 p. 335)

Os movimentos sociais em diferentes esferas, não se limitaram ao urbano, ultrapassando os limites das cidades e chegando ao campo, o que permitiu reivindicações de melhores condições de trabalho, gerando conflitos com os grandes proprietários que não aceitavam essa nova conscientização do trabalhador do rural

(ANDRADE, 2005). A luta por melhores condições de vida no campo geraria uma nova visão entre os trabalhadores rurais, pequenos agricultores, e os grandes proprietários de terra, enquanto os primeiros viam a terra como meio de produzir a sua sobrevivência, os outros a tinham como geradora de lucro.

A distribuição desigual da terra é marcada nesse país desde a época de sua colonização, quando a terra foi dividida e distribuída via Sesmaria, concentrado o território nas mãos de poucos. A Lei da Terra de 1850 garantiu que essa prática continuasse, quando aprovou que só tinha direito de possuir a terra quem pudesse adquiri-la por meio da compra, inviabilizando a maioria da população que desejava, mas não possuía recursos para obtê-la por estarem numa situação de pauperismo e enfrentarem as mazelas da escravidão (ANDRADE, 2005).

3.1 As ligas camponesas

Andrade (2005) destaca as décadas de 1940 a 1960 que são marcadas na história do povo brasileiro com as lutas por um país que viabilizasse o acesso para obter a terra e nessa conjuntura política surgiram os movimentos sociais do campo. Nessas décadas tiveram a notoriedade em esfera nacional as reivindicações dos homens e das mulheres do campo que muitas vezes teve seu grito abafado pelos poderosos que obtinham a terra e o poder.

Anterior as décadas de 1940/1960, tivemos os movimentos que ocorrerem no campo como destaca Martins (1981 p.27) são classificados como o messiânico (Canudos), o banditismo social (O cangaço), o associativismo e sindicalismo, como ocorreu com Ligas Camponesas. Em uma sociedade com tantas desigualdades sociais, como a brasileira, a luta de classes que busca direitos que são negados a muitos e dados a pouco, torna-se uma necessidade o agir para a mudança dessa percepção. A não aceitação da maneira de governar nesse país fez surgir vários movimentos para obter uma sociedade mais justa, em destaque o movimento do campo, como afirma Medeiros (1989):

Os grupos sociais do campo surgem dos trabalhadores rurais emergiram como atores políticos, reivindicando direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e que questionavam as alianças políticas que sustentavam o poder (MEDEIROS 1989p.18).

No Nordeste esses movimentos foram muito fortes, vale destacar as Ligas Camponesas que nos estados de Pernambuco e Paraíba, marcaram a luta no campo (MEDEIROS, 1989). Com a modernização da agricultura, principalmente as de monoculturas, as culturas de consumo perdiam espaço, bem como os pequenos agricultores, fato esse que cresceu a insatisfação e o anseio por melhores condições de vida.

O processo da utilização da mão de obra na cultura da cana-de-açúcar, que desde sua implantação no país tenha o objetivo da exportação, se utilizava a mão de obra escrava. Depois essa mão de obra passou a ser morador em condições de favor para o fazendeiro, que permitia áreas para o plantio de cultura de consumo, até chegar o trabalho assalariado, fato que não agradou os fazendeiros, como destaca Martins (1981):

É nessa situação mais recente de expulsão de foreiro que sugere as Ligas Camponesas, em 1955. É nessa situação mais recente de restrição à roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão de assalariado, que surgem os sindicatos pouco tempo depois (MARTINS, 1981, p.66).

As Ligas Camponesas se fortaleceram no estado da Paraíba, com maior destaque para a região de Sapé, em busca de assistência social para camponeses, onde houve a organização em sindicato (TARGINO, 2011). Esse fato incomodou os defensores da velha política comandada pelos latifundiários, que não viam com bons olhos essa organização, pois ameaçava os interesses dessa elite agrária nacional e regional também.

Para Martins (1981), o símbolo dessa luta foi João Pedro Teixeira, vice-presidente do primeiro sindicato rural de Sapé, e que foi assassinado em emboscada em 1962, fatos que não intimidaram os camponeses da época, mas que possibilitou o aumento o número dos associados aos sindicatos rurais. Mas o maior empecilho da luta pelo direito a terra e sua assistência social, ocorreu pelo fato do país em 1964, sofrer o Golpe Militar, que não legitimava essa luta, mas a tornava ilegítima, por associá-la ao comunismo.

Como afirma Martins (1981), nesse período ocorria a Guerra Fria, e ser considerado comunista significava ser inimigo da maior potência capitalista, os

Estados Unidos. E para conter a ideologia do socialismo, mesmo que não houvesse uma ligação direta com União Soviética, mas o fato de buscar direitos trabalhistas e de acesso à terra, tornou-se inimigo do Regime Militar, o que enfraqueceu as Ligas Camponesas, mas que ao longo do tempo, fez surgir outros grupos sociais.

A estrutura fundiária dominante desde a colonização e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos “meeiros” no Agreste e no Sertão e aos lavradores e foreiros na Zona da Mata (ANDRADE, 2005, p. 62-63).

Moreira e Targino (1997) destacam que no Estado da Paraíba ocorreu o mesmo modelo de concentração fundiária, dentro da lógica colonial, logo “o território paraibano passou por um longo processo de transformação atendendo aos interesses dos patronos da elite paraibana” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 177) conjuga que a produção foi “subordinada aos interesses do capital mercantil, teve como suporte a concessão de grandes sesmarias para a exploração da cana-de-açúcar no Litoral e da pecuária (e posteriormente do algodão) no interior”.

Os autores supracitados consideram que o espaço agrário paraibano em áreas mais ao Agreste foi estabelecido a partir da agricultura de subsistência (agricultura familiar) acompanhada da pecuária. Mas Mari-PB chegou a ser ocupada por atividades monocultoras como a produção de fumo e posteriormente de abacaxi e até cana-de-açúcar em menor escala. Foi em meio à crise dessas atividades que os movimentos sociais do campo conseguiram erguer suas bases para a luta pela reforma agrária.

Andrade (2005) usa a frase “lavoura de pobre”, para destacar as culturas de subsistência no Nordeste. Vale destacar que estas só ocupavam as terras que não eram utilizadas lavouras da cana-de-açúcar, cacau e pecuária extensiva. Foi justamente na busca de desenvolver uma agricultura de subsistência e dignidade na vida das pessoas, que os movimentos sociais do campo, enfrentaram os grandes produtores, que deixaram suas terras sem a função social de produção efetiva.

No interior de muitas propriedades improdutivas ou subutilizadas, os movimentos camponeses passaram a exigir do Estado Brasileiro o cumprimento das leis que previam a utilização de terras improdutivas para fins de Reforma Agrária (MARTINS, 1981). Estas ações desencadearam uma organização jurídica capaz de

assessorar os camponeses para a busca dos seus direitos. Em especial, aqueles que já viviam e trabalhavam nas terras, mas não possuem o título de propriedade.

3.2 CPT- Surge um movimento da igreja católica progressista

Mitidiero (2008) relata que durante o regime militar, período obscuro para o camponês brasileiro, surge a Comissão Pastoral da Terra- CPT, pelo segmento da Teologia da Libertação, princípio com uma base ecumênica, entre a igreja Católica e Luterana, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina, que deixava a Igreja mais próxima dos excluídos e oprimidos, orientando na conscientização de ser sujeito, no setor jurídico, de organização e orientação na luta por direitos a ser cidadão.

Na história da formação da formação da CPT, sempre esteve bem clara a preocupação em evitar a constituição de um movimento, não repetir experiências anteriores e não substituir iniciativas e organização autônomas de trabalhadores. Assim ela deveria ser uma comissão, um serviço em favor do crescimento da articulação proporcionando as assessorias necessárias, promovendo dinamização dos trabalhadores pastorais em favor das comunidades camponesas de cada região (MITIDIERO 2008, p. 156).

Os protagonistas da luta seja o camponês e a camponesa, com a CPT passaram a ter este suporte para os mesmos, também trouxe uma visualização a luta pela terra, por ser a CPT ligada à Igreja Católica, apesar de sua autonomia e visão ecumênica, prevalecendo a fé católica na maior parte do país. Por dentro desses movimentos, também existiam ações de formação política para os camponeses, conhecidos como “Fé e Política”, em que se discutiam os direitos do homem, a terra, ao trabalho e ao fruto do seu suor.

Antes da influência da CPT no estado, a igreja Católica paraibana com o viés da teologia da libertação, enfatizou as causas dos mais necessitados com a Pastoral Rural, que tornava a igreja no meio dos pobres, estes tornaram-se o foco de todas as opções, discussões e ações, principalmente as voltadas para a organização em prol dos problemas do campo. Dentro do estado paraibano a dinâmica da Pastoral Rural influenciou a CPT, na dinâmica de estar no meio dos pobres (FRANÇA, 2014).

A maneira de luta da CPT, baseada na fé cristã, abriu lacunas para a existência de outros grupos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que não estava preso aos valores religiosos e consideravam uma visão política, mais ideológica ligada às lutas dos movimentos sociais de esquerda, com uma visão internacionalista das lutas sociais camponesas (NETO, 2007).

3.3 O MST- Uma nova dinâmica na luta da reforma agrária do Brasil

A política de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, busca a desconcentração de terras dos latifundiários através da ocupação, fato que segundo Boaventura (2009, p.85), com essa estratégia de ocupação de terras, conseguiu que o governo desapropriasse algumas fazendas e assentasse milhares de famílias. A maneira que o MST lutou pela realização da reforma agrária foi um divisor na história de luta do camponês e permitiu a notoriedade dessa causa.

Para Coletti (2005), esse movimento identificado como MST surgiu no Sul do país, retomando a luta pela reforma agrária dos movimentos sociais que foram reprimidas pelo Regime Militar e também na luta pela redemocratização do Brasil. Oficialmente surgiu em 1984, com seu 1º Encontro na cidade de Cascavel no Paraná, na ocasião houve a participação de quase 100 pessoas, com as representantes de 12 estados, um ano mais tarde, em 1985, em seu 1º Congresso já contava com cerca de 1.500 pessoas. Como destaca Coletti (2005):

O MST propunha-se a ser um movimento de massa para conquistar a terra e a reforma agrária em todos os Estados; organizar os trabalhadores na base; fortalecer a participação dos trabalhadores nos sindicatos e nos partidos políticos e investir na formação política a fim de criar uma direção política dos trabalhadores. A bandeira de luta defendida por esse Congresso era “ocupação a única solução”, o que indicava que, sob a perspectiva dos trabalhadores Sem Terra: “terra não se ganha se conquista” (COLETTI, 2005, p. 24).

O MST retoma a luta dos movimentos, principalmente do MASTER, Movimento dos Agricultores Sem Terra, considerado por muitos como o embrião do MST, mas com nova conjuntura de estar presente em todos os estados do país

através da ocupação de terra como forma de pressionar o governo e chamar a atenção da sociedade.

Para Carter (2010), o MST sempre buscou uma autonomia política, e sua própria identidade, nele tem a participação de crianças, mulheres, jovens que acreditam na distribuição das terras devolutas e condições na permanência, geraria uma justiça, e como forma de luta e para visualização sobre esse tema fazem acampamentos em terras que não cumpriram o seu objetivo social e nas margens das rodovias, com esse diferencial o tornou o maior movimento social do campo do Brasil.

O crescimento desse movimento foi impulsionado pelas lacunas de outros movimentos sociais, e sua organização e luta permitiu que ocorressem assentamentos em diversos lugares do país, como destaca Carter (2010). Essa luta se intensificou, principalmente, nos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso que fez um amplo processo de assentamento, em seu primeiro mandato este idealizava resolver o problema da reforma agrária assentando as famílias, com a distribuição de terras geraria a paz no campo (MARTINS, 2003).

A política de ocupação de terras como um espaço de luta e resistência, (FERNANDES, 2012), trouxe o aumento dos acampamentos em todo o território brasileiro, e o discurso mudou do governo no segundo mandato, adotando uma política mercantil da terra, visualizando o capital financeiro, ficando o processo de reforma agrária mais lento, a exemplo do que aumentou o tempo de vistoria para a desapropriação de terras (MARTINS, 2003).

Essa luta dos movimentos sociais no campo, contra o neoliberalismo no governo FHC, foi marcada por episódios de massacres, resistências, marchas, fatos que pressionou o Governo para a realização de assentamentos que ocorreram em diversas regiões do país (COLETTI, 2005). Contudo um dos beneficiados da luta do MST, frente ao governo de FHC, foi o Assentamento Tiradentes.

Durante o governo Lula, esperava-se uma mudança na história, que possibilitasse uma distribuição de terras de forma ampla, mas a postura adotada sobre a reforma agrária de não mais a desapropriação de terras baseadas nos acampamentos como no governo anterior, mas de regularização fundiária acarretou processos mais demorados no surgimento de novos assentamentos, fazendo diminuir o número de acampamentos (PEREIRA; SIMOTTI, 2017?).

Mas foi durante esse governo que houve investimento em políticas públicas para o desenvolvimento e permanência do camponês em sua terra, como programas de créditos voltados a agricultura familiar, o que beneficiava os assentados, a exemplo como o Programa de Aquisição de Alimentos criado em 2003 (FERNANDES, 2013). O empenho na realização da reforma agrária não ocorreu nos governos posteriores, às questões políticas que envolvem o cenário brasileiro não permitem uma reforma agrária profunda no país (MATTEI, 2018).

3.4 A importância da educação no/do campo para o MST

A valorização da educação pública, sempre foi uma bandeira dentro dos movimentos sociais, que busca minimizar os efeitos das políticas econômicas que afetam a população mais carente. Esses movimentos mesmo sendo marginalizados, resistem e lutam para haver uma educação mais igualitária que possa ser capaz de um desenvolvimento social (SOUZA, 2017).

Os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo, assimilável aos participantes e a sociedade mais ampla. Os resultados deste processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira (GONH, 1999, p.111).

A dinâmica que os movimentos sociais trouxeram para o campo da educação, também se tornou essencial, pois permitiu implementar à sociedade um caráter educativo de conscientização quanto aos direitos e deveres, e dentre esses deveres está a educação do campo. Para melhor compreensão, destaca Caldart (2004): No: o povo do campo tem direito a educação no lugar onde mora; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com sua participação. Logo a educação do campo busca a valorização da cultura camponesa como forma de resistência e valorização do homem do campo.

Nesse sentido, destaca-se o MST que em seus acampamentos e assentamentos sempre prioriza como fonte do desenvolvimento social, político e ideológico pautando uma educação do campo. A importância dessa realidade é uma conquista para os trabalhadores do campo e ter uma escola pautada pelo movimento,

significa a valorização desses sujeitos em sua realidade e a desvincular à uma educação que não coincide com a vivência destes (MST, 2005).

Essa realidade passa a ser questionada e a luta por uma educação que fosse capaz de atender o interesse do trabalhador do campo se faz presente nos movimentos sociais que exige do Estado uma participação efetiva. A importância da compreensão da educação do campo consiste em conhecer a luta e resistência da população camponesa brasileira, como destaca Molina (2015):

Falar de Educação do Campo de acordo com sua materialidade de origem significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da concentração fundiária; da necessidade de enfraquecimento e da superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; aos alimentos; a água, a vida (MOLINA, 2015 p. 381).

A Educação do campo revela uma resistência camponesa e uma autonomia dos sujeitos do campo, não ficando subjugados a uma reprodução de educação que não reflete sua realidade, indo além, é reconhecer-se como sujeito que se diferencia por sua experiência no campo, mas que não o deixa menos importante ou atrasado como era considerado, e o reconhecimento para a importância da população rural continuar no campo o que traria um desenvolvimento e justiça social.

A abrangência da educação nesses moldes continua sendo um desafio diário nas escolas do campo, mas vale destacar a importância da Educação do campo. Essas conquistas só foi possível devido aos esforços dos movimentos sociais do campo, com destaque ao MST, que obtiveram uma grande conquista, pós o regime militar, na década de 1990, quando foi possível através da Lei de Diretrizes e Base de 1996, que garantiu uma educação do campo que abrangesse as adequações, conteúdos e metodologia para a população rural.

3.5 A luta pela terra no Estado da Paraíba

O Brasil tem sua história marcada pela desigualdade social presente em seu território, e um desses fatores foi a não realização da reforma agrária, fato que se agrava, principalmente, na década de 1970, devido à modernização da agricultura, que fortaleceu os latifundiários. A sua expansão agravou a luta pela terra dos

movimentos sociais que buscavam o camponês de posse de sua terra e para nela produzir o seu sustento, luta que foi reprimida pelo Golpe Militar (FERNANDES, 2000).

Nesse cenário injusto de detenção de terra no país, o estado da Paraíba, na até então microrregião de Sapé, se destaca historicamente pelo controle econômico, político e social nas mãos de uma família, por uma das dez principais famílias detentoras de terras no estado, a Ribeiro Coutinho. (MITIDIERO, 2008). Essa microrregião já tinha marcas de luta pelos camponeses na década de 1960, com as Ligas Camponesas, que reprimida pelo Golpe Militar, sendo impedida na busca meios para alcançar pela reforma agrária (MARTINS, 1981).

O assassinato de João Pedro Teixeira, vice-presidente da liga de Sapé, não enfraqueceu a Liga, mas a fortaleceu, sendo destaque de luta em todo o território nacional. Outro fato de destaque no campo do estado da Paraíba foi a Tragédia de Mari (SANTOS; SILVA, 2016).

Segundo Santos e Silva (2016) essa tragédia ocorreu em janeiro de 1964, quando o agricultor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, Antônio Galdino teve uma discussão com o administrador da Fazenda Santo Antônio, o Arlindo Nunes, este portava uma arma exclusiva do Exército Brasileiro (fato desonroso). Durante a discussão o administrador foi rendido, sendo tomada a sua arma e colocaram um chocalho em seu pescoço (chocalho símbolo de traição no período). Quando o usineiro e dono da fazenda, Renato Ribeiro Coutinho, sabendo da gravidade de que seu administrador perdeu a arma, buscou solucionar os fatos, pedindo a ajuda do governador, Pedro Goldim, qual indicou o contador e economista Fernando Gouveia para solucionar o problema.

Conforme as autoras, este vai com uma comitiva policial para as margens da Rodovia estadual PB-08, onde havia um mutirão de quase 300 camponeses trabalhando pacificamente, entre eles, Galdino, que entregou a arma sem tenacidade, mas um sargento ordenou que fosse colocado em Galdino um chocalho, o que acarretou uma insatisfação e atos violentos que resultou na morte de 11 pessoas, sendo o primeiro a perder a vida, Galdino. Esse episódio marcou os que viveram essa tragédia, sendo que alguns ainda hoje tem medo de relatar esse fato abertamente, devido à gravidade dos que estavam envolvidos (SANTOS; SILVA, 2016).

A luta pela terra na Paraíba sofre um golpe em 1964 quando começa a vigorar no Brasil o Regime Militar, o que causa o término das Ligas Camponesas, pois esse regime relacionou as reivindicações da posse da terra com dignidade ao camponês, como ideias comunistas, algo que não era agradável aos militares. As reivindicações continuam, mas a presença de um movimento social de cunho nacional chega ao Estado no final da década de 1980, com a CPT, que leva fé a luta pela terra (MITIDIERO, 2008).

Mas foi com a chegada do MST na década de 1990 ao estado paraibano que houve uma nova posta frente a reforma agrária. No fim da década de 80 o Brasil vivia o fim do governo militar e os movimentos sociais foram essenciais na busca por direitos na nova constituinte, esse cenário de mudanças também se fez na Paraíba. O MST trouxe uma nova dinâmica, utilizando a ocupação, que como destaca Fernandes (2001):

A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência à esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania (FERNANDES, 2001 p.3).

É notória a importância do MST no cenário nacional de luta e resistência para alcançar a reforma agrária no país, não podendo deixar valorizar a luta de outros grupos, mas a resistência pode ser contabilizados pelos dados obtidos pelo Dataluta *apud* Moreira (2012), em que ocorreu no estado entre 1989 e 2011 um número 71 ocupações por movimentos socioterritoriais, sendo que 20 na Zona da Mata, e alcançou em todo o estado nesse período de 291 assentamentos, entre esses o Assentamento Tiradentes, formado desde 1999, localizado no município de Mari-PB.

Como vimos, a luta pela terra na Paraíba remonta conflitos como os que envolveram diretamente as Ligas Camponesas, entre as décadas de 1940 e 1960, duramente reprimidas durante a Ditadura Militar (1964-1985), mas que deixaram um rastro de resistência e de vias para as futuras lutas camponesas que passaram a ocorrer juntamente com o processo de luta pela redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, culminando com os movimentos liderados pela CPT, MST ou diretamente praticadas pelos camponeses (MARTINS, 1981).

Foi na esteira destes movimentos sociais camponeses que a luta pela terra chegou a Mari-PB, criando as condições para o Acampamento Tiradentes que

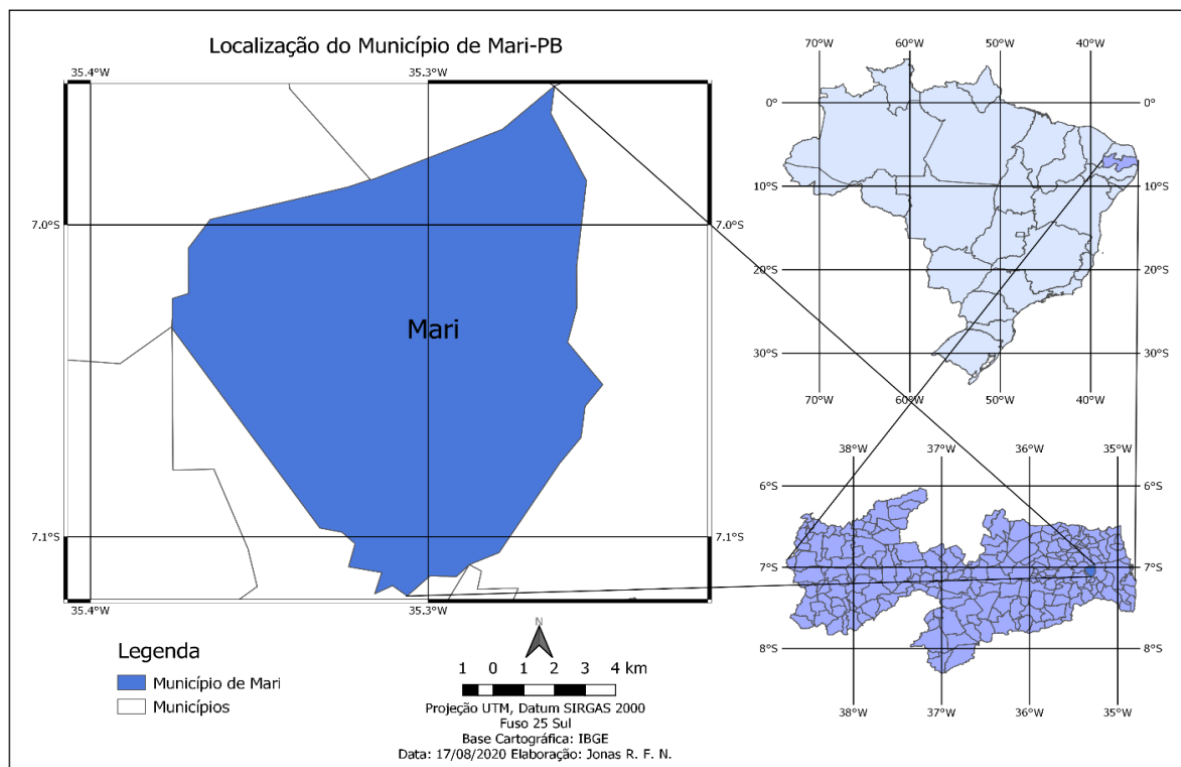
culminou com vários conflitos, tensões, ordens de despejos até a conquista definitiva da terra, moradas e muitas outras conquistas que se consolidaram com a fixação dos camponeses e suas famílias. Esse registro monográfico é um importante resgate geográfico e histórico dessa luta e suas conquistas territoriais.

4 TIRADENTES: DA LUTA À CONQUISTA DO ASSENTAMENTO

O objeto de estudo da pesquisa, o Assentamento Tiradentes, localiza-se no município de Mari-PB, que antes era denominado de Araçá, por haver grande quantidade dessa planta nessa localidade, e teve o seu povoamento desde construção da estação ferroviária em 1873, sendo um distrito de Sapé. Mudou para o nome Mari em 1945 e em 19 de setembro de 1958 tem sua emancipação política (IBGE, 2020).

O município de Mari tem uma área de 155,265 km² com uma população de maioria urbana acima de 17 mil habitantes e na zona rural com mais de 3 mil, é cortada pela PB – 073.(IBGE, 2020) Este teve grande importância nos ciclos agrícolas do estado da Paraíba a exemplo cultivo de tabacos, cana de açúcar, abacaxi e recentemente a mandioca. O assentamento fica a leste da sede deste município, com aproximadamente 7 km, o que facilita o acesso a área de pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Mari – PB



Fonte: Arquivo da autora. Elaborado por R. Jonas F. N. (2020).

O assentamento Tiradentes se originou da Fazenda Gendiroba que pertencia a uma das dez famílias detentoras de terras no estado da Paraíba, a família Ribeiro Coutinho que obteve sua hegemonia nas terras do litoral, o que permitiu como afirma Targino e Moreira (1997) deter político e econômico regional dando origem uma das mais fortes oligarquias rurais, a essa família no estado da Paraíba, principalmente depois do fortalecimento das usinas para o programa do Proálcool² na década de 1970.

Esse fato fortaleceu a monocultura da cana-de-açúcar e os latifundiários no estado paraibano que teve sua expansão territorial em áreas do Agreste e da Borborema, além do litoral. O plantio de cana para a produção do combustível álcool enfraqueceu o plantio de subsistência aos camponeses dessas áreas, sendo esse período o aumento da indústria brasileira e da população vivendo nas cidades o que significou o aumento do êxodo rural em todo o país e o inchaço dos grandes centros urbanos do país (TARGINO; MOREIRA, 1997).

4.1 Surgimento de um sonho, a concretização do assentamento

Para compreender atualmente a importância do Assentamento Tiradentes, temos que observar a história dessa região de Mari que foi marcada por tragédias, forças políticas e econômicas de um dos maiores latifundiários do estado da Paraíba, o Senhor Renato Ribeiro Coutinho (1913-1982), que foi deputado estadual e federal, e presidente da Companhia Agroindustrial Santa Helena-Caiena, Indústrias Reunidas da Paraíba e da Rádio Irapuã³, também teve três filhos.

O assentamento Tiradentes surge da Gendiroba Agropecuária LTDA, pertencente ao grupo familiar e empresarial de Ribeiro Coutinho que estava falindo,

² O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado por decreto governamental no Brasil em novembro de 1975 e que contribuiu para impulsionar a produção de bioenergia no país, tendo a cana-de-açúcar para produção do etanol. O que representa uma das maiores realizações genuinamente brasileiras baseadas em ciência e tecnologia. <https://agencia.fapesp.br/>

³Dados da biografia de Renato Ribeiro Coutinho através <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renato-ribeiro-coutinho>

em um período de crise vivenciada pelos usineiros no fim da década de 1990, quando o álcool é desvalorizado frente ao açúcar. O MST sabendo da situação da Gendiroba através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária organiza para que esta venha a ser regularizada para projeto da reforma agrária e como meio de pressionar o governo federal, adentra na fazenda e monta acampamento com 400 famílias (SOUTO, 2007).

O acampamento surge em 11 de setembro de 1999, com famílias, oriundas principalmente do município de Sapé, houve apoio do INCRA com cestas básicas e da prefeitura de Mari, mas ocorreram três despejos, o que fez com que muitas famílias desistissem do processo para o assentamento (SOUTO, 2007). Além da permanência e persistência dos acampados em barracas de lonas, as famílias que eram moradoras da Fazenda aceitaram participar do movimento, mesmo estando em moradias da fazenda eram frequentes nas reuniões realizadas pelo MST, exigência do movimento para entrar no programa da reforma agrária, como declara uma moradora da antiga fazenda, M.F, 54 anos:

Eles (MST) queriam que todos participassem, todos os moradores que ficaram tinham que participar das reuniões com o INCRA e eles (MST). Os que não fossem eles mandavam ir embora, não queriam quem não participassem e os 22 moradores que 'ficou', todos ficaram na luta do MST, iam para as reuniões do movimento, a gente ficava nas casas da gente (casas da fazenda). Ficamos nas casas velhas, mas quando veio o dinheiro para fazer as casas, veio pra todo mundo, para os moradores e para os acampados (Informação Verbal)⁴.

A exigência para a participação de todos os antigos moradores da fazenda releva a integração ao movimento e a necessidade de os moradores entenderem a sua dinâmica. Durante o período de acampamento surge uma nova maneira de relacionar com a terra e no meio social, surgindo um novo território através de reuniões e decisões políticas como aborda Lima (2006), esse território é capaz de viabilizar a organização e a identidade social desse grupo que se torna símbolo de luta contra latifundiário e a busca da concretização efetiva pela posse da terra.

A importância do acampamento como relata Fernandes (2000) é o espaço/ tempo de transição entre a ocupação e a posse da terra, trazendo uma identidade

⁴ Entrevista fornecida por M. F. Entrevista I [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020.

desses sujeitos para alcançar o objetivo principal: a terra. Nesse período apresentou grandes desafios como morar debaixo de lona, sem água, com medo de despejo e conflitos, mas aumentou o elo social entre os acampados e dessa maneira também se fortalecia o movimento para alcançar a concretização do assentamento rural, o que ocorreu no ano 2000.

A iniciação do assentamento ocorreu com o pré-parcelamento, que é a medição minuciosa da área feita pelos acampados e aprovado pelo INCRA para comprovar que área tem a capacidade de ser utilizada como projeto de assentamento. A vistoria analisa todos os componentes do imóvel, como recursos naturais e bem feitorias da área demarcada, para calcular a indenização da propriedade para só depois repassá-la as famílias por meio de contrato para a utilização da terra (INCRA, 2012).

Depois houve a divisão dos lotes conforme o número de famílias dos acampados e dos moradores (22 famílias) dando um total de 160 famílias que foram beneficiados para serem assentados, a divisão veio por meio de sorteio, uma forma mais justa encontrada pelo MST, para não haver conflitos entre os próprios assentados. Para se tornar um espaço de produção e convívio foram repassadas verbas para a infraestrutura mínima necessária para o assentamento, que tem uma estrutura de agrovila, com uma hectare para a construção das casas de alvenaria e o uso área produção e os lotes que varia de 5,5 a 7,5 hectares, devido a irregularidade do relevo (SOUTO, 2007) (Figura 2).

Figura 2 – Assentamento Tiradentes e sua organização em agrovila



Fonte: Google Earth, coordenadas geográficas 7°02'07"S 35°17'26"O, 28 km

Com a organização dos lotes e a agrovila houve uma dinâmica entre os assentados, a exemplo da presença da religiosidade de denominações cristãs, além do catolicismo, é possível observarmos templos de igrejas protestantes. Outro fato interessante que ocorreu com a garantia da terra, são o surgimento de novas gerações que permaneçam no campo, os filhos e netos dos assentados que utilizam da terra adquirida para construir novos núcleos familiares, tem40as esses abordados para eventuais pesquisas mais detalhada sobre esses assuntos.

Figura 3 – Capela Católica, localizada na antiga sede da fazenda



Fonte: Autoria própria (2020).

Figura 4 – Igreja Adventista do Sétimo Dia, no Assentamento



Fonte: Autoria própria (2020).

No decorrer de 20 anos de assentamento as construções revelam essas mudanças, as causas para o surgimento de novas gerações pode estar relacionada a boa estrutura que esse fornece como escola e posto de saúde, o relacionamento com a terras e os incentivos governamentais para a agricultura familiar, apesar de haver a ocupação em outros trabalhos para complementarem a renda, o assentamento Tiradentes é um exemplo da importância da reforma agrária para manter o homem no campo (Figura 3).

Figura 5 – Visualização do Assentamento Tiradentes onde se observa ruas não asfaltada e a proximidade das residências devido o aumento de novos núcleos familiares.



Fonte: Autora própria (2020)

Essa mudança na vida desses sujeitos só foi possível devido ao enfrentamento do sistema fundiário da terra, que consiste na apropriação privada latifundiários por uma parcela mínima da sociedade com o reconhecimento do Estado, como afirma Lima (2006). Essa apropriação permitiu que famílias inteiras tivessem a capacidade de ter uma vida com dignidade social, de pessoas que foram obrigados a sair do campo para a cidade e agora tem uma terra para ter raízes. O que antes era um latifúndio improdutivo, com apenas 20 anos de existência do Assentamento, o lugar virou um território de policultura alimentar, terra de morada e de educação, economia, cultura e lazer de famílias.

4.1.1 Transformação socioeconômica dos assentados

A nova dinâmica espacial causada pela reforma agrária permitiu uma transformação na vida e valores sobre a terra. A modificação que a sociedade brasileira teve em que a maioria de sua população passou a habitar as cidades houve uma desvalorização para buscar solucionar a questão agrária no país, sendo isso um erro, pois, esse tema continua atual, ratificando o problema. A importância de realizar a reforma agrária impacta na sociedade de uma forma geral, trazendo melhorias para os beneficiados, como afirma uma das entrevistadas:

Houve melhoras sim, na vida dos assentados, muitos não tinha nem onde morar e através da reforma agrária, hoje tem suas casas e condições de trabalho. Na minha também houve melhoras que de moradora da fazenda passei a ser dona da minha terra, tornei a terra produtiva (Informação verbal)⁵.

A valorização da permanência do homem no campo com acesso água, estrada, escola, energia, através da reforma agrária como afirma Silveira (2003), é uma política social, a fim de atingir a redução da desigualdade. Nessa visão abrange não só uma distribuição de terras, mas a modificação relações de trabalho e com o meio, capaz de modificar o espaço vivido com uma nova dinâmica do que era anteriormente, a terra é utilizada para a produção de culturas diversas, como enfatiza S.R,49 anos sobre a reforma agrária:

Não foi só a distribuição de terras, mas a reforma agrária é uma melhoria pra famílias, de ter uma condição melhor e os beneficiários que veio os projetos, os custeios, veio os equipamentos, veio umas melhorias. A reforma agrária não é só isso, a gente mora (campo), conquista os seus sonhos. O sonho de conquistas de melhorar na sua condição financeira, uma vida melhor (Informação verbal) ⁶

Mesmo o Brasil tendo sua maioria da população vivendo em cidades a reforma agrária faz-se necessária para haver essa mudança estrutural. A transformação não é só financeira, mas traz uma identidade com a terra e local, capaz de buscar transformações de bem comum para a comunidade, fato existente no

⁵ Entrevista fornecida por O. M. C. B. Entrevista II [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

⁶ Entrevista fornecida por S.R. Entrevista III [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

assentamento Tiradentes, a comunidade busca manter essa autonomia que garantam essa unidade.

A experiência vivenciada pelo programa de reforma agrária deste assentamento foi capaz de incentivar a luta pela terra no município de Mari. Com o apoio do MST, os moradores, de Mari e de outros municípios, obtiveram a formação do Assentamento Zumbi dos Palmares com 85 famílias beneficiadas, este assentamento fica a oeste do Tiradentes (LOURENÇO, 2014).

4.1.2 A discriminação por lutar pela terra

Com as entrevistas feitas junto aos camponeses ficou registrado que havia uma grande discriminação vivenciada por fazer parte MST e a luta pela terra. A conquista do assentamento Tiradentes mostrou dificuldades não apenas durante a ocupação, mas depois de já concretizado o projeto, os novos assentados tinha a discriminação por fazer parte de alguns moradores da cidade de Mari como afirma M. N.S, 70 anos “no começo eles nos chamava de bagunceiros, vândalos, ainda tem gente que pensa assim” (informação verbal)⁷. Essa vivência da discriminação foi bem nítida na fala do senhor S.R., de 49 anos:

Às vezes o pessoal da cidade crítica muito pôr a gente ser assentado. Criticava tanto que a gente não poderia ir com o chapéu do MST pra cidade, tinha que tirar, porque a pressão era muito grande, em cima daquela pessoa. Não respeitava o direito das pessoas, de poder reivindicar as coisas, de fazer parte de um grupo, acho que isso é uma discriminação muito grande, pra gente e eu já passei por isso, presenciei. Hoje melhorou mais, o pessoal se acostumou com os assentados, praticamente eles vêm aqui, a cidade vem pra cá e a gente vai pra lá e hoje acabou mais essa discriminação, melhorou mais (Informação verbal)⁸.

O relato do assentando S.R, revela a negação aos que reivindicam seus direitos, a falta de conhecimento sobre a causa dessa luta, que de uma maneira estratégica elitista de coloca o trabalhador contra o próprio trabalhador, resulta nessa discriminação. Para J. S. S, 46 anos, “a mídia e ações enérgicas de alguns

⁷ Entrevista fornecida por M. N. S. Entrevista IV [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

⁸ Entrevista fornecida por S. R. Entrevista III [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

acampamentos traz imagem negativa, a sociedade sem ter conhecimento rejeita um pouco” (Informação verbal) ⁹.

A discriminação veio também para os moradores da antiga fazenda Gendiroba, que apoiaram o MST, como demonstra O. M. C. B, 44 anos, que no início do movimento perdeu várias amizades, pois essas tinham uma visão distorcida, “acreditavam que o movimento tomava as terras das pessoas, mas na verdade as terras invadidas são improdutivas” (Informação verbal)¹⁰. A desinformação sobre a importância e da luta para se fazer a reforma agrária leva parte da sociedade a rejeita esse processo tão primordial na obtenção da justiça social tão necessária no Brasil.

A relevância de aborda esse tema, revela a necessidade de mostrar que a luta não foi apenas pela terra, mas por adquirir o respeito da sociedade mariense e mostrar que não queria tomar ‘as terras dos outros’, mas para se fazer cumprir a Constituição sobre a terra é usada com a função social. O aprofundamento desse assunto se faz necessário em pesquisas posteriores, mas é interessante ressaltar essa pratica vivenciada pelos assentados do Tiradentes.

4.2 A produção agrícola no assentamento Tiradentes

As dificuldades encontradas não diminuíram a conquista do assentamento Tiradentes, que se mostrou modelo na relação social e produção alimentar na região em que está inserido. Os programas governamentais foram e são essenciais para a permanência dos assentados e a produção da agricultura familiar, que segundo Abramovay (1997) é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vem de sujeitos com laços sanguíneos ou de casamento, produção característica do campesinato.

Essa dependência externa para a produção desvincula da ideologia do MST que propõe uma produção coletiva, baseada em cooperativas, fato que ocorreu no início do assentamento com a Cooperativa Agropecuária do Assentamento Tiradentes

⁹ Entrevista fornecida por J. S. S. Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

¹⁰ Entrevista fornecida por O. M. C. B. Entrevista II [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

(Cooperat), mas por divergência de fatores, como apresenta Souto (2007), de prestação de contas irregulares e a distribuição dos frutos de trabalho sem a observação da necessidade familiar, entre outros fatores fez com que os assentados desacreditassem da política cooperativista do MST, mas continua afetiva para efeito de lei (SOUTO, 2007) (figuras 4 e 5)

Figura 6 – Cooperativa do assentamento Tiradentes ao fundo a quadra esportiva.



Fonte: Autora própria. (2020)

Figura 7 –Sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes



Fonte: SILVA, Lucas. (2020)

Devido a esses fatores houve uma ruptura e criou-se a Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes (APAAT), como destaca Souto (2007). Através dessa associação projetos governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab¹¹ com doações simultâneas em parceria com a Prefeitura Municipal de Mari, permite a esses agricultores um retorno financeiro, através da compra dos produtos produzidos pelos assentados

Um dos programas que foi relacionado entre os entrevistados foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNEE¹², os recursos são do governo federal, para adquirir produtos alimentícios que serão utilizados na merenda escolar, sendo repassados a estados e municípios, mas esses programas ano a ano vem perdendo investimento desde 2016, acarretando perdas econômicas para os agricultores familiares¹³. A escola beneficiada por esse programa é própria do Assentamento.

¹¹ CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

¹² <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>

¹³ <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/>

Nós plantamos aqui batata, macaxeira, feijão verde, milho verde. Essas são as principais culturas, em grande escala, são essas que sai em caminhões e vai para Sapé, Mari, Guarabira, João Pessoa. Nós também participamos de alguns programas governamentais como o PAA e o PNAE. Esses são os programas que nós participamos. Se tem retorno, sim. Principalmente se tiver bem organizado. Anteriormente tinha muito no período do governo Lula e no primeiro mandato de Dilma, era bem organizado. Agora diminuiu um pouco, mas ainda a gente participa de alguns programas como esses (Informação verbal) ¹⁴.

A participação dos assentados nos programas sociais revela a necessidade e a importância para que esses mantenham-se no campo. É necessário destacar a fala do entrevistado sobre a organização do planejamento para que haja um retorno financeiro. Outro ponto interessante é sobre a ajuda financeira que ocorreram, principalmente nos governos de Lula, que como já foi destacado, que nesse período houve uma política para estruturar os assentados com créditos financeiros de ajuda aos assentamentos e para a agricultura familiar, havendo uma diminuição de créditos nos governos posteriores (FERNANDES, 2013).

O assentamento Tiradentes se caracteriza nas relações de produção do trabalho familiar, tendo a utilização das terras para o uso da prática da agricultura e pecuária. As principais culturas plantadas são a mandioca, macaxeira e batata e as secundárias o milho, feijão e hortas que são cultivadas no quintal produtivo, áreas de um hectare onde estão localizadas as moradias. As técnicas utilizadas no preparo de solo são utilizadas o serviço braçal, aração com máquina e utilização animais para os cultivos (figuras 05 e 06).

¹³ Entrevista fornecida por J. S. S Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

Figura 8 – Início do plantio de mandioca nos lotes, produção destina venda e consumo



Fonte: Autora própria (2020)

Figura 9 – Período próximo à colheita



Fonte: Autora própria (2020)

A variação na produção de culturas alimentares e para comercialização destaca a cultura de mandioca, como destaca Souto (2007), se concentrou quase exclusivamente, nas pequenas unidades camponesas, cumprindo uma dupla função comercial e alimentar, que também é vista nessa forma no Assentamento Tiradentes seja nos lotes ou em quintais produtivos, onde o plantio fica perto das residências. A produção é para o consumo e também para a venda. A produção de batata doce e macaxeira é utilizada na pequena produção de salgados, sendo vendida em uma lanchonete bistrô, valorizando a produção orgânica dentro do assentamento (Figuras 8 e 9).

Figura 10 - Produção de mandioca dentro dos quintais produtivos e árvores frutíferas na rua sem asfalto do Assentamento Tiradentes.



Fonte: Autota própria (2020)

Figura 11 – Moradia do assentamento Tiradentes, como o quintal produtivo.



Fonte: Autora própria (2020).

Destaca-se a produção de mandioca que tem seu destino, além dos que já foram mencionados na entrevista, para o estado de Pernambuco. Segundo o IBGE o município de Mari é o maior produtor de mandioca. Esse município busca melhorar sua produção através das variedades que se adapte melhor ao clima e solo da região, como a parceiras com Universidade Federal da Paraíba (SANTANA, 2020).

4.3 A escola Tiradentes

Os movimentos sociais têm um viés na valorização da educação, pois esses trazem em sua conjuntura o conscientizar os sujeitos frente aos seus direitos que muitas vezes é negado pelo próprio Estado. Nesse contexto, como aborda Batista e Santos (2016) o surgimento desses movimentos, em destaque o MST que se pauta nas ideologias de Paulo Freire, em que os sujeitos são construtores de sua própria realidade, destaca-se a educação no/do campo, onde as várias realidades e diferentes sujeitos constroem uma educação baseada em sua vivência.

O surgimento da educação no/do campo realizado pelo MST é notório nas raízes do surgimento da escola Tiradentes. A história do assentamento estar arraigada com a importância da educação que deste o período de acampamento se fazia presente. Segundo Costa (2010) a escola passou por locais, como uma fábrica de alimentos, um galpão e antiga sede da fazenda, local esse que foi oficializado como escola municipal. A sua importância surge com a necessidade do cumprimento da própria reforma agrária como revela a fala do assentado J.S.S:

Bem, a escola através de seus agentes, os professores, coordenadores, a gestão, teve uma importância essencial, a tal ponto que no início todas as crianças eram atendidas, atendimento médico, dentista, a escola é quem providenciava tudo isso. A criança precisava de um remédio, a escola fazia essa ponte; um carro pra levar à Mari, a escola fazia isso. Sem se falar também nas reuniões com pais, as formações, então no início a escola teve muito presente na vida das pessoas. (Informação verbal)¹⁵.

Na fala do entrevistado é notório que a escola, principalmente no início do assentamento, se mostrava um elo entre os assentados e a sua importância social não se limitava ao fato de exercer a educação básica. Ela apresentava características do movimento, de priorizar a educação desde o acampamento até o assentamento, logo a escola faz parte do cotidiano e das preocupações das famílias (CALDART, 2004). Atualmente essa ligação não se mostra tão forte, coincidindo com a diminuição da influência do MST no assentamento (Figura 10).

¹⁵Entrevista fornecida por J. S. S. Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

Figura 12 – Escola em pleno funcionamento em 2008.



Fonte: XAVIER, Maria do Socorro. Arquivo pessoal (2008).

A petição para obter um prédio próprio da escola deu-se principalmente por funcionar em uma sede da antiga fazenda Gendiroba, sem estrutura para o ensino e o distanciamento, visto que a escola ficava distante da agrovila onde se concentra os assentados. A demonstração de luta pela conquista de um prédio para a escola Tiradentes ocorreu através do movimento, tão necessária como afirma Souza (2006) sobre o potencial efetivo de organização seja na esfera cultural, econômicas, social e política dos trabalhadores rurais.

A escola idealizada pelo movimento ficou nítida nos primeiros anos, o foco em ter uma escola do/no campo teve uma fortalecimento em 2007 quando recebeu apoio da UFPB pelo projeto¹⁶ de formação de professores para obter uma eficácia no processo ensino-aprendizagem e para contribuir na construção do Projeto Político Pedagógico (COSTA, 2010). A importância da escola e a busca para que esta fosse de qualidade sempre esteve presente entre os assentados como é demonstrado na fala de J. S.S, 46 anos.

Bem, desde o início, a comunidade sempre solicitou dos governantes municipais uma escola de qualidade, mas muito tempo não foi ouvido a tal ponto que houve uma assembleia, a direção da escola e a direção do

¹⁶ Projeto Educação Popular no Campo em Assentamento de Reforma Agrária: trabalho e formação de docente através de oficinas pedagógicas vinculadas aos programas de bolsa de extensão- PROBEX e programa de licenciatura- PROLICEN. (COSTA, p.63)

assentamento e eles decidiram paralisar as aulas por tempo indeterminado em quanto não houvesse uma audiência no fórum da cidade, com o prefeito. Todos os pais fizemos uma ata, entregamos uma ao secretário de educação e outra no fórum de Mari. Marcamos essa audiência com o prefeito, estava eu e uma representante do assentamento e lá foi feito um acordo e o prefeito se comprometeu em construir a escola e por sinal é a escola Tiradentes. A formação dela, da escola, foi um projeto da Universidade Federal, através da professora doutora, Socorro Xavier e era uma formação da educação do campo. Então há formação, da escola vem inserida na educação do campo (Informação verbal)¹⁷.

O conhecimento do entrevistado é obtido por ter este participado da gestão escolar e sendo um dos líderes locais do MST, valoriza como todos os assentados a conquista da escola, motivo de orgulho para o Assentamento. A importância da contribuição da professora Socorro Xavier ¹⁸, foi capaz de implementar a teoria e prática da educação do/no campo, com a contribuição para a formação continuada para os professores e o projeto político pedagógico da escola Tiradentes. Atualmente não existe mais essa formação baseada na educação do/no campo, mas o PPP com os temas geradores busca valorizar o conhecimento do homem do campo. Projeto esse que vem sendo reformulado para melhor atender as necessidades relacionado a escola-comunidade na atualidade (Figuras 11 e 12).

Figura 13 – Fachada da Escola Tiradentes.



Fonte: Autora própria (2020).

¹⁷ Entrevista fornecida por J. S. S. Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

¹⁸ Professora doutora do departamento de educação do campo da UFPB <https://igaa.ufpb.br/sigaa/public/docente/pesquisa.jsf?siape=335827>

Figura 14 – Estrutura interna da escola Tiradentes.



Fonte: CARNEIRO. Betânia (2020)

A conquista do prédio da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes foi alcançada no ano de 2012 através do poder público municipal, causando grande satisfação entre os assentados e a importância no desenvolvimento educacional do assentamento. Escola que localizada na região litorânea do estado, onde há uma concentração de nove assentamentos do MST, sendo que cinco deles conta com escola própria (OLIVEIRA; GARCÍA, p.310, 2009). Dentre essas está a escolas do assentamento Tiradentes, que apresenta uma estrutura modelo para atender os alunos desde a educação infantil até o 9ºano, como salas de aulas e banheiros amplos, sala de diretoria e professores, cantina, sala de informática, espaço para atividades de recreação. Ter uma escola com uma estrutura modelo é motivo de satisfação, como demonstra M.N. S. 70 anos, assentada:

A importância do estudo aqui é melhor pra crianças começar os primeiros passos. A gente tem mais segurança. Os professores são pessoas legais, sempre está ao lado de nossos filhos, com toda a responsabilidade e quando eles vão pra rua (sede do município) já sabem o que é bom e o que é ruim. É muito bom a escola aqui (Informação verbal) ¹⁹.

No convívio com o ambiente escolar, fica claro a busca para a valorização da luta e pela conquista da escola através de uma educação no/do campo. Nesse espaço é notória uma relação escola-comunidade de interação social, principalmente em datas comemorativas, como as festas juninas onde a comunidade reuniu-se e traz

¹⁹ Entrevista fornecida por M. N. S. Entrevista IV [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

comidas típicas para a realização dos festejos. A escola busca sempre a valorização da família, a sua participação e contribuição na formação do sujeito, como enfatiza o assentando S.R:

A escola Tiradentes muitas pessoas estão se formando, um exemplo é o meu filho, que começou a estudar nela e graças à Deus, chegou na faculdade. Isso aí é a importância da escola, por conta disso, vai sair vários profissionais do assentamento (Informação verbal) ²⁰.

A presença dessa união comunitária já esteve mais presente, assim como a influência do MST nesse assentamento, que apesar de sua contribuição, no decorrer dos anos houve um distanciamento notório refletido entre os alunos, que com diálogos demonstraram não estar conscientizado sobre a importância desse movimento em sua comunidade, sendo demonstrado por Hipólito (2019). O que pode ser aprofundado, como sendo o reflexo da própria comunidade, como enfatiza S.R., 49 anos:

A importância do movimento (MST), que mantinha o povo unido, era uma união só. Era um por todos e todos por um. Todos era uma voz só pra lutar pela melhoria do povo e o que fez a conquista foi a união do povo, de estar junto lutando, perseverando, sendo insistente na luta, fez com que as conquistas ocorressem (Informação verbal) ²¹.

A união enfatizada entre os entrevistados foi impulsionada pela ação do movimento na busca de uma reforma agrária que permitisse uma mudança social para as famílias envolvida nesse processo, mas com a melhoria financeira dos assentados essa dinâmica de convivência social foi diminuindo, ocasionado um distanciamento dos assentados referente ao movimento e entre a própria comunidade, como relata J.J.S 46 anos:

A comunidade antes, muito complicado, muito difícil, mas foi um tempo bom. Mas debaixo da lona, né? Desafio: despejo, a tensão de perder a terra, de conflito...aquela coisa toda. Mas também foi um tempo bom, um tempo que as pessoas tinham mais união. O medo de perde fez com que os companheiros e companheiras se organizasse mais, vivesse melhor em comunidade. Hoje, hoje nós temos mais conforto, os recursos também melhoraram. Mas a desorganização é muito grande, porque cada um está no seu lote, está em sua casa, aí comprou seu carrinho, sua motinha e tal e melhorou de vida e muitas das vezes não querem ir para a assembleia, não querem se reunir. Então a participação no coletivo ficou muito difícil (Informação verbal)²².

²⁰ Entrevista fornecida por S. R. Entrevista III [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

²¹Entrevista fornecida por S.R. Entrevista III [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

²² Entrevista fornecida por J. J. S. Entrevista I [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

Houve melhoria com o projeto de Reforma Agrária na vida das famílias assentadas, através de incentivos governamentais e da venda da produção, ocasionando uma autonomia entre os assentados e ao mesmo tempo um distanciamento dos ideais de estrutura democrática e participativa em decisões pelo movimento (MST, s/data). Apesar de ser um tema que merece aprofundamento em futuros trabalhos é necessário trazer a discussão e a importância do papel da escola para o resgate da memória coletiva, como enfatiza Caldart (2001), que pode relacionar com a comunidade:

A escola cultiva e fortalece os processos de enraizamento humano quando trabalha com a memória coletiva, recuperando e trabalhando com os tesouros do passado, aprendendo e ensinando com a pedagogia da história; também quando incorpora em seu movimento pedagógico a mística, que é o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva. No MST a mística é uma das dimensões básicas do processo de formação dos Sem Terra, e a escola pode ajudar a cultivar este elo simbólico entre a memória e a utopia, entre a raiz e o projeto. Fazendo isto certamente estará trabalhando com valores, que são os que sustentam qualquer processo de formação humana (CALDART, s/p 2001).

Torna necessário na compreensão para o resgate da memória coletiva compreender a importância da mística, parte de um elemento residual da prática litúrgica de esferas da Igreja Católica que ajudaram a fundar o MST (SOUZA, p. 47, 2012). Relatos de alunos revelam que havia essa prática nas comemorações diversas, que não ocorre mais. Sendo uma característica que faz parte de todas as organizações do movimento para manter uma ligação entre os militantes e o MST.

O conteúdo da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade; é o companheirismo, a solidariedade, a resistência, o sonho de uma vida digna, o sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher. É a paixão que vai sendo construída pela causa do povo (MST, s/data).

As ações realizadas pelo MST estão enraizadas em um bem comunitário, de solidariedade, com uma sociedade mais justa e a conquista desse assentamento revela o quão é importante para a sociedade brasileira e manter os seus ideais nessa comunidade demonstrou um desafio que deve ser estudado e pesquisado para obter as causas reais para desse processo de perda sobre a identificação dos assentados e o MST.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária no Brasil é um tema atual, as inúmeras dificuldades para o camponês se manter no campo, ocasiona reflexos em toda a sociedade. Ter um conhecimento sobre um assentamento de reforma agrária no decorrer de 20 anos revelou a importância dessa política que permite a valorização da permanência do camponês na terra para obtenção da justiça social.

No decorrer da pesquisa foi possível observar a mudança socioeconômica dos assentados do P.A Tiradentes durante os vinte anos (entre 1999 e 2019), desde o período do acampamento para consolidação do assentamento, sendo possível detectar a importância da agricultura familiar e programas governamentais, para consolidá-la esse projeto de reforma agrária, contudo essa mudança é complementada também pela renda com outros trabalhos, sejam eles formais e informais.

Os movimentos sociais no Brasil exerceram e exercem um papel fundamental nas conquistas para a população marginalizada de nossa sociedade. Os movimentos do campo marcam a história do país, pelo seu grito de justiça social capaz de quebrar “cercas”, mas é necessário exaltar a importância social que o MST trouxe na luta pela terra no país modificando a trajetória para se realizar a reforma agrária. E as diversas famílias beneficiadas por esse movimento em todo Brasil, a exemplo das 160 famílias do Assentamento Tiradentes que pela luta e persistência, conquistaram sua terra.

Os reconhecimentos unânimes dos entrevistados sobre a importância da ação do MST para a obtenção da conquista das terras ficaram notórios na fala de cada entrevistado. Mas também foi possível observar que no decorrer dos anos a influência desse movimento vem perdendo forças, entre os assentados, sendo um dos motivos citados a autonomia financeira destes, e os benefícios já alcançados como a escola, o posto de saúde de estruturas modelos, a quadra esportiva, a associação, entre outros.

A escola é um meio de interação social valorizada pela comunidade, sendo o seu maior desafio permanecer como a educação do/no campo e a de sua identidade

como uma escola de assentamento de reforma agrária idealizada pelo MST. Desafios da comunidade e do corpo de docentes e discentes, sendo necessário parcerias como antes ocorrerá com universidades.

Alguns pontos foram bem relevantes durante a pesquisa e necessitam de um aprofundamento para futuros trabalhos, a exemplo da discriminação sofrida pelos assentados e se ainda ocorre; enfatizar as gerações atuais e futuras sobre a importância do MST para a comunidade como movimento do campo; aprofundamento sobre o processo de perda da identidade assentados com o MST. O Assentamento Tiradentes mostrou-se como objeto de estudo capaz de proporcionar pesquisas diversas para compreender a dinâmica da importância da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier; SANTOS, Conceição Cristina Pereira dos. **A Prática Educativa Popular na Educação do e no Campo: diálogos com Paulo Freire**. In: Anais de III Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação da Paraíba. UFPB. João Pessoa-PB, 2015, p. 93-102
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOAVENTURA, de Sousa Santos (Org.). **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2009.
- BUAINAIM, Antônio Márcio (coord.). **Reforma agrária por conflitos**. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 17-126.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terras: o movimento social como princípio educativo. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, sept./dec. 2001.
- CALDART, R. S. **“Pedagogia do Movimento Sem Terra”**, 3 ed. Expressão Popular. 2004.
- CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: editora UNESP, 2010.
- COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas-SP, 2005.
- COSTA, Luciélío Marinho da. **A construção do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-PB: desafios e possibilidades para a educação do campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. **Revista Nera**, n.1, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 191-205.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 2001. 6 a 8 de setembro de 2001.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. Dissertação Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimento sociais na contemporaneidade. Universidade Estadual de Campinas/Universidade 9 de julho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai/agos, 2011.

GOTTMAN, J. **La polituque des états et as geographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HIPÓLITO, Mariê da Silva. **A perda da força e da identidade: a concepção dos alunos do assentamento Tiradentes acerca do MST (Mari-PB)**. Monografia. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, 2019.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico *In*: AMADEO, Javier; BORON, Atílio A.; GONZÁLEZ Sabrina (Orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-Clasco, 2006.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial**. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Estadual Paulista, 2006.

LOURENÇO, Nielson Polucena. **Da concepção de cooperação do MST à sua materialização no Assentamento Zumbi dos Palmares, Mari-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Paraíba. João Pessoa, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Vozes. Petrópolis, 1981.

MATTEI, Lauro. A política agrária e o retrocesso do governo Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**. v.12, n. 2. João Pessoa, PB, 2018.

MARTINS, J de S. **A Reforma Agrária no Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo soc., v.15, n. 2, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Histórias dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MITIDIERO, Junior Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2008.

MOLINA, M. C. Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Viçosa Educação e perspectiva**, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa. Ed. Universitária/ UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Ed. UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília de Rodat F. (Coord.). **Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Camponato (Getec). Banco de Dados da Luta pela Terra: relatório 2011 (Dataluta)**. João Pessoa. UFPB, 2012.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 3. ed. São Paulo-SP: Cortez, 1999.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Caderno de Educação nº 13. Dossiê MST – Escola**. 2. ed. São Paulo. 2005.

_____. **Quem somos**. Disponível em www.mst.org.br. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

NETO, Antonio Julio Menezes. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, may/aug, 2007.

OLIVEIRA, Mara E. Batista; GARCÍA, Maria Franco. **Movimentos sociais de luta pela terra e educação: organização espacial e territorial do MST na Paraíba**. *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 223-347, 2009.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A fronteira Amazônica Mato – Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo. USP/FFLCH. Livre Docência (mimeo), 1997.

PEREIRA, Thaylizza Goes Nunes; SIMONETTI, Mirian Claudia Loureço. **As políticas de reforma agrária no governo Lula e a luta pela conquista e pela permanência na terra em Promissão-SP**. UNESP. São Paulo. 201?

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Editora Ática. São Paulo, 1993.

SANTANA, Diogo Anderson Fonseca. **Avaliação de adaptabilidade de variedades de mandioca cultivadas no município de Mari-PB**. Areia, PB: UFPB, 2020.

SANTOS, Maria. C. Martins de; SILVA, Josilena. O. Targino. da. **Violência no campo paraibano: “A tragédia de Mari” em 1964**. v. 2016.

SAQUER, Marcos Aurelio; Por uma abordagem territorial *In*: SPÓSITO, Elivério. (Orgs.) **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, 2008.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. Editora Brasiliense.1987.
https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf
Acesso 15 de outubro de 2020.

SOUTO, Jackson Vital. **Entre a Contestação e a superação**: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal Paraíba. João Pessoa, 2007.

SOUZA, Clemilda da P. B. Athayde de. **Políticas Públicas de Formação continuada para professores de escolas multisseriadas do campo em Vargem Alta- ES**: desafios e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual Norte Fluminense. Campos de Goytacazes-RJ, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e prática pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. **As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. Revista Ruris, v. 5, n.1, p. 83-117, mar. 2011.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados, ficha de entrevista



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-PRPGP
CENTRO DE HUMANIDADES-CAMPUS III-GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Dados dos entrevistados

Nome: só as iniciais _____.

Idade _____.

Escolaridade: _____.

Ocupação _____.

Em lote ou fora do lote: _____.

1-Você participou da luta pela conquista da terra para o Assentamento Tiradentes? Se sim, como foi a sua participação?

2-Como foi a demarcação pelo INCRA? Todas as famílias da ocupação receberam seus lotes? Todos permanecem no assentamento?

3-Como era a sua vida antes da ocupação /de ser assentado?

4-Houve melhoras de mudanças na vida dos assentados? E na sua?

5-Como era a comunidade antes e atualmente?

6-Quais são as principais culturas produzida pelo do assentamento? Quais você cultiva?

7- Qual o destino da produção: o consumo ou vende? Se vende, há retorno financeiro?

8-Qual a importância da conquista do assentamento em relação ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)?

9-Se considera atualmente um militante do MST? Por quê?

10- Na sua opinião considera que a reforma agrária é apenas a distribuição de terra?

11-Qual a importância da escola Tiradentes para a comunidade? Como foi sua conquista e formação?

12-Já sentiu alguma discriminação por ser um assentado (a)? Se sim, como ocorreu?

Fonte: Autoria própria (2020)

APÊNDICE B – Posto de saúde do Assentamento Tiradentes



Fonte: Autoria Própria (2020)

APÊNDICE C – No assentamento, Igreja protestante Assembleia de Deus



Fonte: Autoria Própria (2020)

APÊNDICE D – Grupo de mulheres Bistrô Rural Sementes da Terra



Fonte: Autoria Própria. (2020)